

Década de 1970: a política externa e o papel do Itamaraty

Decade of 1970: the external policy and the role of Itamaraty

Karla Gobo

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a política externa e o posicionamento do Itamaraty na década de 1970. Muito embora, o objetivo principal central seja a análise da política externa nos dois governos (Médici e Geisel), é importante observar como se dá relação do Itamaraty com o governo ditatorial militar da época, se há uma relação de subserviência ou independência em relação ao Presidente da República e a corporação militar que o cerca. Enfim, a principal hipótese é de que a política externa é muito semelhante nos dois governos e que foi possível implementá-la na medida em que o MRE teve 'liberdade' de atuação.

Palavras-chave

Política Externa; Itamaraty; Governo Militar; Burocracia; Presidência da República.

Abstract

The objective of this article is to analyze the Brazilian foreign policy and the Itamaraty's position in the 1970s. Although our main goal is the analysis of the foreign policy in two Brazilians dictatorial governments (Medici and Geisel), it's important to observe how the Itamaraty and the Ministry of Foreign Affairs related to the military dictatorial government at the time, wheather there was a relationship of subservience or independence in relation to the Presidency of the Republic and the military corporation that surrounds him. Finally, the main hypothesis is that foreign policy is very similar in both governments and that it was possible to implement it insofar as the MRE has 'freedom' to act.

Keywords

Foreign Policy; Itamaraty; Military Dictatorship; Bureaucracy; Presidency of the Republic.

Introdução¹

O objetivo do presente artigo é analisar a política externa nos governos Médici e Geisel (1969-1979)² e o papel do Itamaraty. Busca-se compreender se há de fato o rompimento com os paradigmas do primeiro governo da década, e elucidar quem efetivamente formula a política externa no governo ditatorial militar.

Antes de dar início, é preciso destacar que apesar do pouco apreço da agenda da Ciência Política contemporânea pelos temas teóricos ou históricos³, entende-se que é necessário elucidar alguns pontos da história política recente do Brasil, assim como o caráter peculiar do Ministério das Relações Exteriores. Nota-se que na literatura disponível os trabalhos estão centrados em questões como análises de conjuntura ou acontecimentos que se desenrolaram no final da década de 1980 e no início dos anos 1990. Dessa forma, as análises referentes à política externa na década de 1970 fazem parte de estudos mais genéricos sobre o governo ditatorial militar, sem ser o objeto de análise. Trata-se, portanto de buscar compreender uma temática que muitas vezes se apresenta de forma excessivamente historiográfica.

¹ Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo em 2007. A primeira versão foi apresentada no I Seminário Nacional de Sociologia Política da UFPR.

² É importante destacar a periodização feita por Carvalho (2001) para o período de vinte e um anos do regime ditatorial militar (1964-1985): 1964/1968 período do governo Castelo Branco que oscilou entre a repressão e o abrandamento liderado pelas alas mais liberais das forças armadas. Os anos de 1968/1974 são caracterizados como os de maior endurecimento do regime aliado a um espantoso crescimento econômico. O último deles vai do período do presidente Geisel (1974) até o final da ditadura em 1985, marcado pelo início da abertura política, com as leis de repressão sendo aos poucos revogada. No entanto, é preciso ressaltar que apesar do governo Geisel (1974-1979) ser definido como início da abertura, o AI-5, ícone do regime ditatorial militar devido à forte limitação que impôs aos direitos civis e políticos dos cidadãos, só fora revogado no um ano antes do término do seu governo, no dia 31/12/1978, tem-se portanto o início da descompressão, mas ainda sob a égide de uma estrutura fortemente autoritária.

³ De acordo com Brandão (1998), as Ciências Sociais atualmente vêm se centrando em teorias regionais que privilegiam a ação coletiva e a análise conjuntural, em detrimento das análises estruturais, enquanto, a teoria política clássica procura dar respostas estruturais para as temáticas centrais da Ciência Política tanto clássica como contemporânea, entre essas temáticas estão: poder, Estado e dominação.

É importante, no entanto, frisar que não é a preocupação central deste trabalho dar a tonalidade precisa das mudanças ocorridas na transição de um governo para outro. O que se pretende, é demonstrar que a “[...]mudança de regime político não se traduz necessariamente em mudança de conteúdo na política externa; é possível modificar radicalmente a política externa sem que se tenha alteração no regime político” (PINHEIRO, 2004, p. 10). O que se defende é que há a retomada dos princípios da Política Externa Independente (PEI)⁴ de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) a partir do governo Costa e Silva⁵ (1967-1969), contrapondo a política de seu antecessor Castelo Branco⁶ (1964-1967). Estes fatos apontam para a natureza peculiar da Política Externa Brasileira (PEB) e o caráter pelo menos parcialmente insulado do Itamaraty, pois mesmo com a mudança se nota a retomada de princípios do antigo regime. Há, portanto, um modelo de política que está inscrito, exceto no período do Governo Castelo Branco, em todo o regime e que é tributário da política que antecede ao golpe militar de 1964. Partindo do princípio que há um mesmo modelo de política na década de 1970, é necessário observar as prováveis variantes de relacionamento entre o Presidente da República e o Itamaraty, pois a partir daí é possível começar a levantar algumas questões sobre a política externa do período.

⁴ Os princípios básicos da PEI são: expansão das exportações brasileiras para todos os países, inclusive socialistas; defesa do direito internacional, da autodeterminação dos povos e na não intervenção nos assuntos internos de outros países; política de paz, desarmamento e coexistência pacífica; apoio à descolonização completa de todos os territórios; formulação autônoma de planos nacionais de desenvolvimento e de encaminhamento da ajuda externa. De forma concreta, o Brasil reconhece países socialistas, opõe-se às pressões diplomáticas contra Cuba, condena o colonialismo português na África e se aproxima dos países latino-americanos.

⁵ Embora mantenha alguns pontos da política externa do governo Castelo Branco, como por exemplo, a questão da segurança hemisférica, o governo Costa e Silva (1967-1969) retoma alguns princípios da Política Externa Independente, pois a política de alinhamento com os EUA não dera o resultado esperado. Enfim, o desenvolvimento econômico aparece como principal ponto de pauta na política externa de Costa e Silva, pois para esse governo, é a partir do desenvolvimento econômico que as demais mudanças poderiam ocorrer.

⁶ O governo Castelo Branco marca uma mudança de paradigma em relação ao período anterior, sendo assim, é impossível desvincular as questões ideológicas que permeiam essa mudança. No plano ideológico o alinhamento automático com os Estados Unidos cumpre um papel significativo para a legitimação do regime recém instalado, que tem como eixo norteador não mais a independência, mas a interdependência entre os países, baseado no conflito Leste-Oeste que faz com que Castelo Branco dê maior ênfase à área de segurança frente à problemática do desenvolvimento.

A preocupação acerca desta temática se dá a partir dos discursos de Ernesto Geisel e seu chanceler Antonio Azeredo da Silveira, que frequentemente assinalam para o rompimento com as diretrizes que os antecedem. No entanto, ao trabalhar os dados, são percebido ajustes⁷, mas não o rompimento ou a criação de um outro paradigma. Enfim, a hipótese deste artigo é de que há uma política externa muito semelhante nos dois governos e que é possível de ser formulada e implementada na medida em que o Itamaraty tem certa “liberdade” de atuação, ou seja, tem à sua frente um corpo burocrático especializado que sofre pouca influência do Presidente da República. Em outras palavras, mesmo num regime fortemente centralizado na figura do líder do executivo, o referido Ministério continua tendo a prerrogativa de formular e implementar um determinado modelo de política.

O material analisado se refere às referências bibliográficas, entrevistas, discursos e o depoimento de Geisel ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto a novembro de 2006 e em abril e maio do ano seguinte com atores do Itamaraty que estavam presentes na década de 1970. Dentre eles o próprio ministro das relações exteriores do governo Médici, Mario Gibson Barboza; seu assessor político Alberto da Costa e Silva. O secretário geral do Itamaraty nos anos Geisel e posteriormente ministro das relações exteriores no período do presidente Figueiredo (1980-1985), Ramiro Saraiva Guerreiro. O embaixador Rubens Ricupero. Paulo Roberto de Almeida, diplomata e estudioso de política externa que ingressou no Itamaraty em 1977. O assessor econômico, secretário de imprensa e porta voz do ministro Azeredo da Silveira, embaixador e ex-ministro Luiz Felipe Lampreia, dentre outros. A partir da análise, pode-se dizer que a política do “Pragmatismo Responsável” do governo Geisel (1974-1979) não se constitui numa quebra de paradigma com relação ao período anterior, mas o ponto culminante de um modelo

⁷ De acordo com Hermann (1990), pode-se notar, em análise de política externa, as seguintes variantes de mudanças: de ajuste: são aqueles de menor grau, ou seja, são aprofundamentos ou pequenas modificações em certos pontos de um programa de política externa, esse ajuste muitas vezes tem caráter quantitativo; de programa: em contraste com a mudança de ajustes, o qual tende a ser quantitativo, o programa de mudanças é qualitativo e envolve novos instrumentos da diplomacia (tal como a perseguição de metas de negociação diplomáticas); de problemas ou de metas: o problema ou meta inicial do endereçamento de política é repostado ou simplesmente transgredido. Nesta mudança de política externa, as propostas são substituídas; de orientação internacional: essa é a mais extrema forma de mudança na política externa, envolve o redirecionamento dos atores de acordo com as novas premissas mundiais.

que vem sendo desenvolvido desde 1958. Ou melhor, no governo Costa e Silva (1967-1969) há uma retomada dos princípios básicos da PEI do governo Jânio Quadros e João Goulart, portanto se há de fato o rompimento de paradigma, pode-se afirmar que está localizado no governo de Castelo Branco em 1964, no qual se prioriza o alinhamento automático com os Estados Unidos, assim como a subordinação do desenvolvimento à questão da segurança hemisférica.

A mudança do paradigma da PEB deve-se ao retraimento do Itamaraty no imediato pós-64, cujo objetivo é se manter longe dos processos de perseguições políticas. Em Costa e Silva (1967-1969) observa-se um distanciamento cada vez maior do conflito Leste-Oeste, marcado pela Guerra-Fria, em prol do conflito Norte-Sul. O que não quer dizer uma aproximação com o Terceiro Mundo, mas a crítica ao congelamento do poder mundial que é, de acordo com a teoria marxista de relações internacionais, um dos responsáveis pela distância econômica e social entre os países de capitalismo desenvolvido e o conglomerado denominado de Terceiro Mundo. Assim como uma inversão na escala de prioridades, ou seja, o desenvolvimento econômico, a partir de então é retomado como preocupação central dos governos ditatoriais militares.

Contudo, ao contrário da perspectiva marxista, o Brasil não está buscando a reestruturação da ordem capitalista internacional, mas o reconhecimento pelos países do Primeiro Mundo de sua posição diferente dos demais com vistas a se inserir na categoria dos países de capitalismo desenvolvido. Para isso é necessário romper a barreira que lhe é imposta no cenário internacional. Além de que há uma outra característica de origem institucional que precisa ser enfatizada, *a priori* pode parecer que o Itamaraty é um órgão subordinado à presidência da República, pelo próprio caráter centralizador do regime. Entretanto, o que se percebe é uma instituição insulada do restante do aparelho de Estado. Em outras palavras, em governos ditatoriais o chefe do executivo tem grandes prerrogativas no processo decisório, no entanto, nota-se que a elaboração e implementação da política estão nas mãos do Ministério das Relações Exteriores.

O governo Médici e Geisel: semelhanças e diferenças

Ao assumir o cargo de Presidente da República, Emílio Garrastazú Médici nomeou para chefiar o Ministério das Relações Exteriores o embaixador Mário Gibson Barboza. Experiente profissional de carreira, ao longo dos anos ele servira em Houston, Washington, Bruxelas, Buenos Aires e na missão junto às Nações Unidas.

Este, exercera a chefia do gabinete do ministro Afonso Arinos de Melo Franco durante a execução da Política Externa Independente e a função de embaixador na Áustria e no Paraguai. Duas políticas administrativas se destacaram durante a gestão Gibson, tais quais: a mudança do ministério para Brasília, ainda no início dos anos 1970, e a ampliação de postos diplomáticos e consulares, movimento que teria maior impulso ainda na administração seguinte (BARRETO FILHO, 2006). No campo da política externa, os destaques são: a adoção das duzentas milhas e a aproximação com o continente africano.

É importante frisar que, de acordo com a literatura, encontra-se, no governo Médici, duas tendências no seio do aparelho de Estado. A nacionalista representada por Mário Gibson Barboza, ministro das Relações Exteriores, que defende uma aproximação com os países de Terceiro Mundo⁸ e com organismos multilaterais. E a internacionalista, representada pelo ministro da Fazenda Delfim Neto, que aposta numa relação mais estreita com o Primeiro Mundo.

A diplomacia brasileira, ao mesmo tempo em que condena a clivagem Norte-Sul, também não aceita o conceito de Terceiro Mundo, embora busque uma aproximação com os países que assim se denominam. De acordo com o ministro Gibson Barboza, em discurso proferido em 2 de fevereiro de 1973, em Nairóbi, no Quênia:

⁸ De acordo com Hobsbawn (1995), o termo Terceiro Mundo foi cunhado em 1952, que estabelece um contraste entre o Primeiro Mundo - países capitalistas desenvolvidos - e o Segundo Mundo - países socialistas desenvolvidos, sendo assim, todos os países que não se enquadram nesses padrões, ou seja, todos os países pobres mesmo que de culturas diferentes se enquadram neste termo. Assim, o chamado Terceiro Mundo é constituído de um conjunto de “nações proletárias” que são responsáveis pelo fornecimento de matérias-primas, mão de obra barata e produtos industriais que não exigem emprego de alta tecnologia.

Por identificarmos a provação do subdesenvolvimento como um estágio de passagem, cuja superação se impõe, não aderimos jamais ao estranho conceito de terceiro mundo, que, enunciado num contexto histórico de conflito latente, logo se expandiu e tomou foros de verdade irrefutável. (...) O Brasil recusa-se a aderir a conceitos que separam o mundo entre países propulsores e países reflexos, entre nações de gênese e nações imitadoras, a ser arrolado como parte de um terceiro mundo, de uma humanidade especial e separada, a que continuem a aplicar-se capítulos estanques de cada uma das ciências do homem e da natureza, como se fôssemos exceções da regra coletiva e não elemento importante de uma realidade múltipla que é todo o planeta e toda a humanidade (BARBOZA, 2002, p. 232).

A linha de desenvolvimento ambicionada pelo Itamaraty rejeita os alinhamentos automáticos, e o multilateralismo reivindicatório estilo “não-alinhados”. O que se procura é negar o direcionamento da política externa dada pelos dois governos militares precedentes⁹. Para os formuladores da política externa brasileira, o desenvolvimento é um caminho solitário, sendo assim, é preciso “solidariedade para com o Terceiro Mundo e, simultaneamente compromisso com o desenvolvimento nacional de forma individual” (SOUTO, 1998, p. 65). Num discurso proferido pelo presidente Médici em 20 de abril de 1970, elaborado pelo Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barboza, ele declara que a meta pode se resumir numa só palavra: o desenvolvimento¹⁰.

Apesar de discursos em apoio às reivindicações do Terceiro Mundo terem lhe aproximado do estilo Costa e Silva. A opção brasileira é pelo bilateralismo nas relações internacionais e a retomada do pragmatismo na política externa brasileira, que conhece seu auge no governo Geisel. Os discursos nos foros multilaterais em apoio ao Terceiro Mundo trazem dividendos bilaterais tanto na América Latina quanto na África. O multilateralismo é utilizado pelos estrategistas para metas sistêmicas, enquanto os interesses localizados são tratados na esfera bilateral. Em

⁹ A literatura, especialmente Amado Cervo (2002), identifica o governo Castelo Branco como ligado ao desenvolvimentismo associado e Costa e Silva ao nacionalismo desenvolvimentista.

¹⁰ Apesar do elemento político-ideológico ser um ponto relevante na política do presidente Médici, o principal objetivo da política externa e interna é o projeto “Brasil Grande Potência”, que tem como objetivo inserir o Brasil no Primeiro Mundo até o ano 2000 – trata-se de um plano de governo de 265 páginas, nas quais sete são destinadas à política externa, que está inserida neste projeto na medida em que está orientada para o desenvolvimento.

outras palavras, a prioridade é sempre dada para os acordos bilaterais, só problemas que não são resolvidos nessa esfera são levados aos foros multilaterais. As conquistas substantivas se dão no plano bilateral, apesar da participação intensa e atuante nos foros multilaterais, principalmente para a politização das discussões restritas aos interesses nacionais e as voltadas para o desenvolvimento e a jurisdição de recursos nacionais. Nota-se que os discursos e declarações do Chanceler e embaixadores nos foros multilaterais são, na maior parte das vezes, análises da situação internacional.

A atuação nesses foros é igualmente reveladora, mostrando a forma como as novas preocupações atingem o país e como a situação interna, sempre cambiante, reflete-se sobre essas preocupações. É o caso das discussões sobre meio-ambiente e tecnologia, na ordem do dia na época. Quanto ao meio-ambiente, a postura é militante e agressiva, já que legislação internacional restritiva limitaria o desenvolvimento do Brasil. Quanto à monopolização de tecnologia pelos países desenvolvidos, o discurso é mais suave e de caráter exclusivamente tecnológico, fugindo a considerações históricas ou políticas. Enfim, o Brasil não desejava uma nova divisão internacional do trabalho, mas se inserir de forma positiva na que já existia. Daí o discurso mais suave, com tendência a suavizar-se mais à medida que o país atingia suas metas (SOUTO, 1998).

Portanto, o que o governo Médici almeja não é ser equiparado ao Terceiro Mundo, mas ter o reconhecimento da posição intermediária, como “potência média emergente”¹¹. Enfim, os discursos proferidos não têm a intenção de provar uma tomada de posição a favor do Terceiro Mundo, mas criticar o congelamento de poder mundial que impede a inserção dos países de industrialização recente na ordem capitalista desenvolvida. No processo de retomada do diálogo com o Terceiro Mundo nota-se:

¹¹ Segundo Vizontini (1995, p. 151): “a política externa do governo Médici produz uma enorme desconfiança por parte dos demais países da América Latina”. Além da política externa brasileira exigir um tratamento diferente dos demais países por estar, de acordo com a sua avaliação, numa posição de uma potência média emergente. De acordo com a hierarquização dada, a potência média é a responsável pelas relações de poder a nível regional.

a paulatina retomada da relativa autonomia do Itamaraty na formulação da política externa brasileira foi um elemento crucial nesse processo, de vez que inúmeros diplomatas que então começavam a ocupar importantes postos na hierarquia da instituição partilhavam de uma forte visão pró-Terceiro Mundo. Essa retomada, por sua vez, pode ser explicada pela confiança crescente depositada pelos militares no Itamaraty em grande parte devido à semelhança existente entre os padrões de educação e socialização dos diplomatas e dos militares, a despeito da existência de diferenças políticas e ideológicas entre seus membros (PINHEIRO, 2004, p. 42).

Como se pode notar, a autonomia conquistada pelo Itamaraty frente ao poder executivo proporciona essa oportunidade para restabelecer alguns dos laços com o Terceiro Mundo que são observados durante a execução Política Externa Independente.

A literatura acerca da política externa no governo Geisel é mais extensa e, portanto, mais controversa do que a do período Médici. O ponto mais debatido do chamado “Pragmatismo Responsável” reside principalmente na discussão de uma suposta inovação frente às políticas que vinham sendo desenvolvidas nos governos anteriores. Essa afirmação vem do próprio discurso do presidente Geisel e de seu chanceler Azeredo da Silveira, que procuram sempre destacar uma política externa de caráter arrojado e independente, gerando assim vários conflitos com os Estados Unidos durante seu governo.

Para os analistas da época que alardearam o caráter inovador do modelo geiseliano para a política externa, a variável explicativa desse fenômeno é a intensa propaganda baseada nos discursos de Geisel e Azeredo da Silveira (VIZENTINI, 1995). Nos seus pronunciamentos ambos procuravam a todo custo se diferenciar do governo anterior que, de acordo com eles, tinha uma política totalmente subordinada aos Estados Unidos. No entanto, o que se pode notar é que o desenvolvimento econômico ainda aparece como a linha mestra da política externa nos dois governos. Além da busca por relações horizontais, principalmente com os países do Primeiro Mundo, da maior visibilidade no cenário internacional, e a adoção de uma postura solidária com os países de Terceiro Mundo.

Nos discursos do presidente Geisel e do ministro das Relações Exteriores é apontado o viés multilateralista que este governo pretende dar à sua política externa (PASSOS, 1998). Em seu primeiro pronunciamento na reunião ministerial em 19 de março de 1975, o presidente aponta indiretamente para a diretriz básica do

Pragmatismo Responsável, que é a de reaproximação com os países vizinhos latino-americanos e com a África negra. De acordo com o Geisel (1975 *apud* PASSOS, 1998),

Assim, no campo da política externa, obedecendo a um pragmatismo responsável e conscientes dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar. Impulsionaremos a ação diplomática, alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada de que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato mas com firmeza, as opções e os realinhamentos indispensáveis (GEISEL, 1975, p. 37-38 *apud* PASSOS, 1998, p. 42).

É interessante notar que, assim como no governo anterior, a relação com a América Latina é muito mais de solidariedade do que comercial, mais uma vez a aproximação com o Terceiro Mundo fica focada no plano do discurso. Embora critique a Diplomacia do Interesse Nacional, o governo Geisel continua apostando num tratamento diferente, ou seja, apesar das críticas à política externa do governo anterior, o período 1974-1979 ainda é marcado pelo interesse em se ocupar uma posição intermediária no cenário internacional.

O Brasil usa o plano multilateral para fazer denúncias, e é neste plano que o país é mais agressivo e objetivo em seus discursos. O ministro Azeredo da Silveira toca em temas que antes aparecem de forma muito tênue como a descolonização da África e a questão palestina, mas de resto persistem todas as ‘bandeiras’ tradicionais das relações diplomáticas brasileiras: “[...]o apelo à segurança econômica coletiva, a reivindicação da reforma do sistema comercial internacional, a defesa do desarmamento, as críticas à política dos países desenvolvidos em relação ao meio ambiente, as críticas ao congelamento de poder mundial pelas superpotências” (VIZENTINI, 1995, p. 265).

Os temas de diversificação de parceiros são recorrentes nos pronunciamentos de Azeredo da Silveira e Geisel. Os objetivos dessa medida seria diminuir o hiato tecnológico entre os países, assim como garantir o êxito no comércio exterior para o Brasil. No entanto o que se pode notar é que há muito mais o aprofundamento de

relações diplomáticas e comerciais com países como a República Federal da Alemanha, Europa Ocidental e Japão do que o estabelecimento de novas relações. O deslocamento cada vez maior de Israel em prol das proposições da Liga Árabe durante a gestão Médici, é um exemplo de como o objetivo da Diplomacia do Interesse Nacional, assim como o Pragmatismo Responsável, estão pautados num projeto de autonomização de diversificação de parceiros com vistas à diminuição da vulnerabilidade brasileira aos fatores externos. Enfim, o que pode haver na política externa brasileira, é um ajuste de mudanças, mas não uma mudança de metas ou de programa (HERMANN, 1990). Em outras palavras, há a manutenção da diretriz para a política externa, mas com o aprofundamento em algumas questões.

Outro ponto que Geisel busca dar ares de inovação é no que diz respeito à igualdade entre os países, ou seja a busca de relações horizontais entre o Brasil e os países de capitalismo desenvolvido, aqui também não há nada inovador. Se for resgatado o modelo que é desenvolvido desde Costa e Silva, que está baseado nos princípios da PEI percebe-se que, com exceção do governo castelista, os demais governos ditatoriais militares procuram estabelecer relações de igualdade com a potência do norte, enfatizando assim a autonomia e não a subordinação. A recusa em assinar o Tratado de Não-Proliferação, assim como o estabelecimento das 200 milhas no mar continental são exemplos das pretensões brasileiras com relação aos Estados Unidos e demais países de capitalismo desenvolvido. Dado o contexto de polarização entre leste e oeste, há o alinhamento ao bloco capitalista, no entanto seria apressado dizer que o alinhamento tem como decorrência direta a subordinação aos EUA. É possível afirmar que se nota na política externa brasileira do período traços de colaboracionismo com a super potência do norte, mas não de subordinação. Em outras palavras, o que se procura mostrar no cenário internacional é uma postura de alinhamento, mas também de independência de seu principal representante.

Para ilustrar as semelhanças e diferenças de um governo para o outro durante a década de 1970, segue abaixo o Quadro 1 que exemplifica os ajustes realizados no governo Geisel a partir das premissas do governo Médici.

Quadro 1 – Comparativo entre os governos Médici e Geisel

	Gestão Mario Gibson Barboza (1969-1974)	Gestão Antonio Francisco Azeredo da Silveira (1974-1979)
Europa e Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> - Cooperação técnica com a República Federal da Alemanha; - Acordo Comercial com a Comunidade Econômica Européia. - Relações diplomáticas com a República Democrática Alemã; - Início da revisão política entre a relação de Portugal com suas colônias. - Aproximação comercial com a União Soviética; - Desentendimento com os Estados Unidos pelo estabelecimento das 200 milhas para mar territorial brasileiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assinatura do acordo Teuto-Brasileiro, para a transferência de tecnologia nuclear; - Acordos de Helsinque, mais avançado acordo Leste-Oeste, dele participaram Itália, República Federal da Alemanha, França, Reino Unido e Portugal; - Relações diplomáticas com a Irlanda. - Apoio à independência das colônias portuguesas na África; - Desentendimentos com os Estados Unidos principalmente no que concerne ao acordo Teuto-Brasileiro e à questão dos direitos humanos.
América Latina	<ul style="list-style-type: none"> - Visita inédita do chanceler brasileiro à América Central na tentativa de ampliar as relações brasileiras no continente. Essa visita culminou com o estabelecimento de relações econômicas e políticas com a Guatemala, Honduras e Nicarágua; - Projetos de cooperação hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai; - Projeto de desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão com o Uruguai; - Estudos para uma binacional do carvão com a Colômbia através da Ata de Cooperação com a Bolívia; - Compra de gás e complementação industrial com a Bolívia; - Conflito com a Argentina devido à questão de Itaipu. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo com o México para o fornecimento de petróleo; - Visita do presidente mexicano ao Brasil; - Tratado de Cooperação Amazônica; - Reconhecimento de independência do Suriname; - Acordos e convênios firmados entre Colômbia e Venezuela; - Maior número de acordos, convênios e visitas com o México, e demais países da América Central, Caribe e Guianas; - Continuidade do conflito com a Argentina, pela instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

<p>África</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relações diplomáticas com o Zaire; - Cooperação brasileira com o Senegal. - Visita do Ministro do Exterior da África do Sul ao Brasil; - Visita do Ministro das Relações Exteriores do Quênia ao Brasil; - Visita do chanceler brasileiro a nove países do continente africano com os quais assinou comunicados conjuntos e acenou o processo de abertura política através da assinatura de acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica; - Visita do chanceler brasileiro ao Quênia; - Visita do chanceler brasileiro ao Egito com a assinatura do contrato entre Petrobás e Egyptian General Petroleum Corporation. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento de independência de Guiné-Bissau; - Visita do Presidente do Gabão ao Brasil; - Abertura de linha de crédito ao Gabão; - Reconhecimento de independência de Moçambique e Angola e apoio ao MPLA (Movimento Para a Libertação de Angola) grupo apoiado pelos soviéticos e outros países socialistas; - Apoio às reivindicações africanas com relação ao apartheid junto à ONU; - Co-patrocinou resoluções de concessão de ajuda econômica e técnica; - Apoio junto à ONU da auto-determinação da Namíbia e a transferência de poder na Rodésia para a maioria negra; - Relações com países africanos de língua portuguesa que se tornaram independentes, a saber: Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola; - Relações diplomáticas com: Guiné Equatorial, Alto Volta, Nigér e Reino do Lesoto.
<p>Oriente Médio</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assinatura de um acordo para a exploração do petróleo Iraquiano entre as empresas Petróleo Brasileiro S.A. e Iraq Petroleum Company; - Assinado um acordo de comércio com o Iraque; - Visita do Ministro do Petróleo do Iraque ao Brasil; - Visita de uma missão comercial brasileira ao Iraque; - Visita do chanceler brasileiro a Israel, depois de passar pelo Egito e Quênia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escoamento de produtos brasileiros para o Iraque graças ao acordo firmado no governo anterior; - Criada uma comissão para a cooperação bilateral com o Irã; - Visita de uma missão comercial brasileira ao Irã; - Inauguração de uma agência do Banco do Brasil em Teerã; - Na XXIX Assembléia Geral das Nações Unidas o chanceler brasileiro defende a desocupação dos territórios ocupados por Israel; - Na XXX Assembléia Geral das Nações Unidas o Brasil vota a favor do projeto que considera o sionismo uma forma de racismo.

Ásia	<ul style="list-style-type: none"> - Visita do chanceler brasileiro ao Japão; - Assinatura de um acordo de cooperação técnica com o Japão; - Exportação de açúcar brasileiro para a China, país que nos anos de 1964-1971 não tinha estabelecido qualquer relação com o governo brasileiro; - Primeira missão comercial brasileira à República Popular da China; - Aumento de até 290% nas exportações brasileiras para o Japão, que eram episódicas até o governo anterior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Segunda missão comercial à China; - Visita de Geisel ao Japão que culminou em projetos conjuntos e transações comerciais.
-------------	---	--

Fonte: Gobo, 2007.

Como se pode notar muitas relações estabelecidas no governo Geisel, são possíveis graças a visitas, acordos, tratados e posicionamentos realizados no governo anterior. Um exemplo são as relações com os países africanos e asiáticos. Com o Japão houve um acréscimo considerável nas taxas de exportações brasileiras, quando eram episódicas até então. Quanto à China e os países africanos, no governo Médici fora aberto um canal de comunicação inédito na política externa brasileira. Há ainda que considerar o aumento das relações entre Brasil e países da liga árabe, essas ligações somadas à conjuntura da época¹² faz com que o Brasil contrarie os interesses norte-americanos e vote a favor da desocupação dos territórios ocupados por Israel e no ano seguinte aprove o projeto que considera o sionismo como uma forma de racismo nas Assembléias da ONU. Sem mencionar a manutenção da diretriz na política externa com a América Latina.

¹² De acordo com Lessa (1995, p. 6) a conjuntura da segunda metade da década de 1970 fora marcada pelo “o aumento dos preços do petróleo no biênio 1973-1974 e o aprofundamento da crise econômica fizeram com que as condições internacionais se tornassem menos favoráveis, forçando o Brasil a enfrentar simultaneamente a crise energética, a restrição ao acesso aos mercados dos países desenvolvidos e a deterioração nos termos de troca. No plano doméstico, o desequilíbrio da balança comercial refletia o esgotamento da capacidade produtiva, o que impedia um aumento de exportações suficiente para responder às necessidades de importações. A conjunção desses fatores, acrescidos das perspectivas de declínio do comércio mundial, tiveram como resultante um desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos e colocaram a necessidade de transformações prementes na economia por meio de uma reorientação do processo de crescimento, capaz de superar as vulnerabilidades externas no setor econômico”.

Em entrevista com Alberto da Costa e Silva, assessor político de Mario Gibson Barboza, afirma que “no governo Costa e Silva volta a se fazer política como era feito antes” (COSTA e SILVA, 2006), ou seja, profundou-se uma tendência já existente no governo Médici. Segundo ele, há no período Geisel a formalização de uma política que o ministro Gibson já vinha fazendo de forma mais informal. Paulo Roberto de Almeida também corrobora esta leitura:

Teve o refluxo, o retrocesso da Política Externa Independente no primeiro governo militar, mais depois há uma retomada dos princípios a partir de Costa e Silva, a questão do TNP. Eu acho que os anos 70 foram o auge da profissionalização do Itamaraty na política externa, ainda que o Geisel fosse muito atuante, no governo Figueiredo o Itamaraty fez um pouco o que queria, ele não opinava muito. Digamos que o Gibson e o Silveirinha mantiveram a máquina sob controle, o Médici só opinava sobre o programa nuclear, as opiniões básicas na área de energia e programa nuclear, depois o Itamaraty comandava o resto, o Geisel interferiu mais, mas o Silveirinha ofereceu numa bandeja tudo o que o Geisel queria, o Geisel queria realmente diversificar, tirar o Brasil da dependência americana, um pouco respondia o que o Silveirinha pensava. [...]Você tem uma retomada daquilo que o pessoal tinha aprendido nos anos 1958 – 1962, Política Externa Independente, não necessariamente neutralista, mas pró-ocidental, com postura própria, sem alinhamento incondicional como teve em algumas épocas, é justamente o pessoal que tinha construído a Política Externa Independente no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, é o pessoal que nos anos 1970 vai estar nas posições de mando (ALMEIDA, 2006 – entrevista).

Embora Geisel destaque em entrevista ao Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas, a subordinação na relação com os Estados Unidos, inclusive no governo Médici. O que se percebe através da análise da bibliografia, entrevistas e documentos é que o período de interdependência, gerado por um alinhamento direto com os Estados Unidos com características fortemente ideológicas, está restrito, durante o período ditatorial militar (1964-1984), ao governo Castelo Branco (1964-1967). A partir de 1967, ou seja, a partir do governo Costa e Silva, o que se nota é uma retomada dos princípios da Política Externa Independente do governo Jânio Quadros e João Goulart (1960-1964).

Itamaraty e Política Externa Brasileira

Tendo em vista a retomada das diretrizes da Política Externa Independente que antecede ao golpe militar de 1964, é preciso investigar como se formula a PEB, ou melhor, quem a formula. A relação entre o Presidente da República e o Itamaraty no período de 1964-1985, ou seja, no período da ditadura militar, pode ser pensada a partir de três alternativas. A primeira seria uma relação típica do período militar em que o chefe do poder executivo centraliza todo o processo decisório, inclusive a política externa, deixando o Itamaraty como mais um órgão submisso às suas decisões. A segunda seria uma relação de interdependência, na qual o Itamaraty teria certa liberdade de atuação devido à coincidência de interesses entre as duas esferas. E a última em que se demonstraria um exemplo de insulamento burocrático, em que o Itamaraty apresenta total autonomia nas suas relações.

As Reformas Melo Franco de 1931 e Oswaldo Aranha de 1938 são os marcos para o início da modernização deste aparelho de Estado, que somadas à reformulação da estrutura organizacional do Itamaraty¹³ no pós-1945, fortalece e dá autonomia à instituição, sobretudo no pós-64 (CHEIBUB, 1984 e PINHEIRO, 2004).

¹³ De acordo com Cheibub (1985 e 1986) o Itamaraty passa por dois processos até alcançar a institucionalização: o primeiro período (1822 até o final do século XIX) em que se nota a indiferenciação entre o Ministério das Relações Exteriores e os diplomatas; o segundo período está localizado nos anos iniciais desse século, em que é marcado pela liderança carismática do Barão do Rio Branco; e, finalmente, o terceiro período que se inicia no final da década de 1910, em que se nota a crescente racionalização e burocratização do Itamaraty, assim como de todo Estado brasileiro, principalmente a partir de 1930, “neste período ocorrem as reformas administrativas que iniciam o processo de transformação do Itamaraty numa estrutura racional e burocrática” (CHEIBUB, 1984, p. 49).

A autonomia e coesão do Itamaraty conferem-lhe, [...] a estabilidade necessária para manter uma certa continuidade na política externa brasileira ao longo do tempo. Isto se dá por duas razões, entre outras: por um lado, a autonomia protege a instituição de mudanças muito bruscas na sociedade. Por outro lado, a coesão garante um certo grau de consenso, indispensável à durabilidade de uma política. Novamente recorrendo a um exemplo recente, pode-se também sugerir que, em termos de continuidade, o período de ruptura na política externa brasileira foi de 1964 até a gestão Magalhães Pinto (1967). Nesta gestão o país começou a assumir, mesmo que timidamente, posições internacionais mais independentes, como a recusa em assinar os tratados de não proliferação nuclear e o de Tlateloco. O curto período representado pela política de “interdependência” do imediato pós 1964, corresponderia a um momento em que o Itamaraty trocou sua ‘ideologia’ pela sua integridade, no sentido de evitar a instalação de um processo de perseguições políticas na instituição. Logo que foi possível, retomou gradativamente as linhas anteriores da política externa, mantendo assim a continuidade do processo de maior independência desta política (CHEIBUB, 1984, p. 123).

Através da análise, percebe-se que a PEB tem uma natureza diferente das demais políticas, já que não se nota tanto a ingerência do Presidente da República¹⁴ na formulação e implementação, o que poderia ser confundido como autonomia total ou insulamento burocrático. No entanto o que se observa é um processo de semelhança de visões de mundo ou na esfera do Itamaraty. Entrevistas com alguns representantes da PEB no período apontam que a principal causa da baixa ingerência do Presidente da República no Itamaraty é fruto da semelhança institucional, ou seja, o Ministério é compreendido como uma “quarta força” junto com Exército, Marinha e Aeronáutica, no qual o processo de seleção e crescimento na carreira está também cercado por uma rígida hierarquia.

Os dados do *survey* realizado em 2015, com a participação de 208 diplomatas, mostra que esta percepção ainda é muito presente na instituição. Dos

¹⁴ As entrevistas apontam que o Presidente Ernesto Geisel teria mais interesse na política externa, não no sentido de ingerir no processo, mas de saber as diretrizes, diferente do Presidente Médici, que tinha um caráter mais delegativo. Em outras palavras, durante o governo Geisel houve uma maior ingerência do Presidente da República nos assuntos de política externa, já que ele tinha interesse na questão, mas também é confirmado pelo estudioso Paulo Roberto de Almeida que as questões que Geisel se interessava, como ter maior independência frente aos Estados Unidos, por exemplo, era um ponto de convergência àquilo que o então ministro Antônio Azeredo da Silveira também defendia.

164 que responderam à questão sobre a semelhança entre o Itamaraty e outros espaços, 84,75% reafirmaram a similaridade com os ministérios militares. Enfim, o Itamaraty é capaz de formular e implementar um modelo autônomo de política externa, devido ao capital simbólico acumulado pela instituição¹⁵ com o passar dos anos.

É interessante que dentre as entrevistas, a autonomia do Itamaraty é sempre um ponto inquestionável, todos os entrevistados ressaltam que a instituição durante esse período gozava de total autonomia frente ao governo ditatorial militar. Mesmo a função da DSN (Divisão de Segurança Nacional) no ministério era exercida por um diplomata, ao contrário dos demais departamentos em que atuavam sempre alguém da corporação militar. Sérgio Coury, diplomata que ingressou na carreira no início dos anos 1970, defende que o “[...]o Itamaraty não era questionado como órgão formulador de política externa, não se questionava o papel do Itamaraty. O Itamaraty conseguiu impor suas fronteiras e não precisou de muito esforço para isso” (COURY, 2006). Esse é o principal ponto de consenso nas entrevistas, em nenhuma delas há discordância sobre a autonomia do Itamaraty no governo ditatorial militar.

Rubens Ricupero (2006) apesar de reafirmar a autonomia do Itamaraty acrescenta que tal fato se dá pela pouca interferência dos políticos nos assuntos internacionais em todo o período republicano. De acordo com ele, há historicamente a forte tendência de se deixar os assuntos internacionais nas mãos de especialistas, principalmente devido ao pouco apelo eleitoral que a política externa apresenta. Em outras palavras, devido aos interesses puramente eleitoreiros, os políticos tendem a se dedicar aos assuntos internos, mais localistas a fim de conseguir sucesso nas urnas. Outro motivo estaria na experiência dos chanceleres, que sabiam dos limites ideológicos impostos pelos militares, ou seja, compreendiam até onde poderiam avançar ou onde teriam que recuar na política externa. Ricupero ressalta que o então ministro Mario Gibson Barboza com certeza gostaria de uma política diferente da que

¹⁵ De acordo com Cheibub (1985) o Itamaraty passa por dois processos até alcançar a institucionalização: o primeiro período (1822 até o final do século XIX) em que se nota a indiferenciação entre o Ministério das Relações Exteriores e os diplomatas; o segundo período está localizado nos anos iniciais desse século, em que é marcado pela liderança carismática do Barão do Rio Branco; e, finalmente, o terceiro período que se inicia no final da década de 1910, em que se nota a crescente racionalização e burocratização do Itamaraty, assim como de todo Estado brasileiro, principalmente a partir de 1930, “neste período ocorrem as reformas administrativas que iniciam o processo de transformação do Itamaraty numa estrutura racional e burocrática” (CHEIBUB, 1984, p. 49).

o Brasil tinha na ONU, em que se votava sempre com Israel ou com os Estados Unidos, por exemplo. Enfim, pode-se dizer que há certa autonomia do Itamaraty, mas há também o entendimento entre os diplomatas e os militares sobre os objetivos a serem alcançados.

Essa relação da corporação diplomática frente ao executivo advém, como foi confirmado nas entrevistas, da estrutura do seu corpo burocrático, ou melhor, da semelhança atribuída entre esses dois grupos. Sendo a principal delas o processo de formação e a estrutura fortemente hierárquica. Não há portanto uma forte ingerência do chefe do executivo nos assuntos de política externa, porque se entende o Itamaraty como um órgão semelhante, com uma estrutura disciplinadora que visa o desenvolvimento econômico sem se esquecer da segurança nacional. Assim como a ESG, o Instituto Rio Branco funcionaria como uma “estrutura organizacional e instância reguladora das práticas, ele exerce permanentemente uma ação formadora de disposições duradouras, através de todos os constrangimentos e disciplinas corporais e mentais que impõem, de maneira uniforme, ao conjunto de agentes” (BOURDIEU, 1996, p. 116).

A semelhança estrutural faz com que o Itamaraty seja visto como uma “instituição irmã”. Além de ser visto como um corpo de especialistas em política externa, que governam sob qualquer regime;

[...]sempre fora contrário ao envolvimento do diplomata na política interna do seu país. A bem da manutenção de um serviço diplomático isento, competente, profissional, merecedor do respeito interno e externo, o diplomata não deve perder jamais, no seu horizonte de trabalho, a visão de que, acima de governos ocasionais, acima das inúmeras e infelizmente freqüentes, num país como o Brasil, vicissitudes da política interna – acima de tudo ele está servindo ao seu país (BARBOZA, 2002, p. 182-3).

Em outras palavras, o Itamaraty, através do Instituto Rio Branco, seria capaz de formar “os produtores profissionais de esquemas de pensamento e de expressão do mundo social” (BOURDIEU, 1996, p. 171). É importante ressaltar, no entanto que esses esquemas de pensamento e de expressão do mundo social vão de encontro com o projeto sócio-econômico que se desenha durante o período ditatorial militar. Dito de outra forma há uma consonância de interesses em que o Itamaraty é capaz de formular e implementar a política externa independente do Presidente da República,

e essa possibilidade advém da estrutura burocrática, que é vista como uma “quarta força” do Estado ditatorial militar e do próprio *mise en scène* que se desenha no cenário internacional.

Considerações Finais

Como se pode notar, há um ajuste da política externa, tendo em vista as possibilidades e exigências do cenário internacional, além das necessidades do mercado interno brasileiro. Apesar dos discursos do presidente Geisel e de seu ministro das relações exteriores, apontarem para o viés multilaterista e inovador que o seu governo pretende dar à política externa, nota-se a continuidade nos processos iniciados anteriormente.

Após comparar os dois períodos da história da política externa, é possível afirmar que tal política não é um rompimento de paradigma, mas o ponto culminante de um modelo que já vinha sendo desenvolvido. A partir do governo Costa e Silva há uma retomada de alguns princípios da Política Externa Independente. O que não quer dizer aproximação com o bloco terceiro-mundista. Trata-se muito mais de uma crítica ao congelamento do poder mundial, que é um dos responsáveis pela distância econômica e social entre os países de capitalismo desenvolvido e os conglomerados denominados de Terceiro Mundo. Assim como a inversão na escala de prioridades, o desenvolvimento econômico, reaparece como objetivo principal da PEB e também dos governos militares.

Com relação ao Itamaraty, o que vale é uma hipótese contra intuitiva. Ao contrário do processo decisório estar centralizado no líder do executivo, este espaço tem relativa autonomia para a formulação e implementação da política externa.

■ Karla Gobo é Doutora em Sociologia, pela Universidade Estadual de Campinas e Professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing. E-mail: karlagobbo@gmail.com.

Referências

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 2002.

- BARRETO FILHO, Fernando Paulo de Mello. *Os Sucessores do Barão*. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. São Paulo: Papirus, 1996.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRANDÃO, Gildo. A Teoria Política é Possível? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 36, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. *A cidadania no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.
- CERVO, Amado Luiz. *O Desafio Internacional*. Brasília: UNB, 1994.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, CLODOALDO. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UNB. 2002.
- CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty. Rio de Janeiro, 252 f., *Dissertação* (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1984.
- _____. *Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica*. Dados, Rio de Janeiro, n. 28, p. 113-131, 1985.
- _____. *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- GOBO, Karla. Década de 1970: Política Externa e o Papel do Itamaraty. São Paulo, 128 f. *Dissertação* (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política), Universidade de São Paulo, 2007.
- HERMANN, Charles. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, n. 34, p. 3-21, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 223-446, 1995.
- LESSA, Antônio Carlos Moraes. Estratégia de diversificação de parcerias no contexto do nacional desenvolvimentismo. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 38, p. 29-34, 1995.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Pragmatismo Responsável e a Política de Poder: a Política Externa do Governo Geisel. São Paulo, 132 f. *Tese* (Departamento de Ciências Sociais da FLCH), Universidade de São Paulo, 1998.
- PINHEIRO, Letícia de Abreu. *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- SOUTO, Cíntia Vieira. *A diplomacia do interesse nacional: A política externa do governo Médici (1969-1974)*. Porto Alegre, 205 f. *Tese* (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações Internacionais e Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, p. 131-269, 1995.

Entrevistas

- ALMEIDA, Paulo Roberto. Paulo Roberto de Almeida: entrevista [ago. 2006]. Entrevistadora: K. Gobo. Curitiba, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”
- BARBOZA, Mário Gibson. Mário Gibson Barboza: entrevista [set. 2006]. Entrevistadora: K. Gobo. Rio de Janeiro, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

COSTA E SILVA, Alberto da. Alberto da Costa e Silva: entrevista [set. 2006]. Entrevistadora: K. Gobo. Rio de Janeiro, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

COURY, Sérgio. Sérgio Cury: entrevista [set. 2006]. Entrevistadora: K. Gobo. Curitiba, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

RICUPERO, Rubens. Rubens Ricupero [nov. 2006] Entrevistadora: K. Gobo. São Paulo, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

*Texto recebido em 04 de julho de 2017.
Aprovado em 21 de julho de 2017.*